

Nota	Descrição	Atividade Global				Serviços de Pagamento		Outros Serviços	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior	Valor líquido	Ano anterior	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	4	5	6	7	8
	Ativo								
5	Saldos de caixa em bancos centrais	12 078,55	0,00	12 078,55	32 867,44	12 078,55	32 867,44	0,00	0,00
7	Ativos tangíveis	453 085,80	143 986,27	309 099,53	315 361,01	0,00	0,00	309 099,53	315 361,01
12	Ativos por impostos correntes	3 506,26	0,00	4 526,92	2 850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outros Ativos	0,00	0,00	447,33	21 664,67	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do Ativo	468 670,61	143 986,27	326 152,33	372 743,12	12 078,55	32 867,44	309 099,53	315 361,01
	Passivo								
8	Outros passivos financeiros			64 111,88	84 039,64	0,00	0,00	64 111,88	84 039,64
	Compromissos e garantias concedidos			15 754,94	10 466,31	15 754,94	10 466,31	0,00	0,00
13	Outros passivos			32 700,42	3 301,49	32 700,42	0,00	0,00	0,00
	Total do Passivo			112 567,24	97 807,44	48 455,36	10 466,31	64 111,88	84 039,64
	Capital Próprio								
14	Capital			260 000,00	260 000,00	260 000,00	260 000,00	0,00	0,00
14	Instrumentos de capital próprio emitidos			160 000,00	160 000,00	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00
14	Lucros retidos			-145 064,32	-172 193,87	-145 064,32	-172 193,87	0,00	0,00
6	Resultado do exercício			-61 350,59	27 129,55	-61 350,59	27 129,55	0,00	0,00
	Total do Capital			213 585,09	274 935,68	213 585,09	274 935,68	0,00	0,00
	Total do Capital Próprio e Passivo			326 152,33	372 743,12	262 040,45	285 401,99	64 111,88	84 039,64

A Gerência,

O Contabilista Certificado,



[Handwritten signature]



Instrução n.º 18/2005
Demonstrações financeiras de instituições de pagamento
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Modelo IV - IP

PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPESSOAL, LDA
Base de reporte: Individual - NIC

Dezembro de 2018
Unidade Monetária: Euros

Nota	Descrição	Atividade Global		Serviços de pagamento		Outros Serviços	
		Ano	Ano Anterior	Ano	Ano Anterior	Ano	Ano Anterior
		1	2	3	4	5	6
11	Despesas com juros sobre ativos	-1 264,27	-1 546,16	156,20	166,39	-1 420,47	-1 712,55
9	Receitas de taxas e comissões	104 983,46	74 773,28	104 983,46	74 773,28	0,00	0,00
17	Despesas de taxas e comissões	-882,42	-984,33	-882,42	-984,33	0,00	0,00
	Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros	0,00	86 519,64	0,00	0,00	0,00	86 519,64
16	Outras receitas operacionais	6 222,60	-2 079,19	6 222,60	-2 079,19	0,00	0,00
	Receitas operacionais	109 059,37	156 683,24	110 479,84	71 876,15	-1 420,47	84 807,09
10	Despesas com o pessoal	-93 375,06	-60 496,39	-93 375,06	-60 496,39	0,00	0,00
15	Outras despesas administrativas	-70 773,42	-62 795,79	-70 773,42	-62 795,79	0,00	0,00
7	Depreciações	-6 261,48	-6 261,51	0,03	1 395,61	-6 261,51	-7 657,12
	Lucros ou prejuízos antes de impostos	-61 350,59	27 129,55	-53 668,61	-50 020,42	-7 681,98	77 149,97
	Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Lucros ou prejuízo do exercício	-61 350,59	27 129,55	-53 668,61	-50 020,42	-7 681,98	77 149,97



O Contabilista Certificado,



PAYPAYUE - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPESSOAL, LDA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Dezembro de 2018
Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período 2017	246 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-115 341,36	-56 852,51	233 806,13
Alterações no Período:							
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas Políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações no Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	-56 852,51	56 852,51	0,00
					-56 852,51	56 852,51	0,00
Resultado Líquido do Período						27 129,55	27 129,55
Operações com Detentores de Capital:							
Realizações de Capital	14 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 000,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	14 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 129,55	41 129,55
Posição no fim do período 2017	260 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-172 193,87	27 129,55	274 935,68
Posição no início do período 2018	260 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-172 193,87	27 129,55	274 935,68
Alterações no Período:							
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas Políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações no Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					27 129,55	-27 129,55	0,00
					27 129,55	-27 129,55	0,00
Resultado Líquido do Período						-61 350,59	-61 350,59
Operações com Detentores de Capital:							
Realizações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-61 350,59	-61 350,59
Posição no fim do período 2018	260 000,00	160 000,00	0,00	0,00	-145 064,32	-61 350,59	213 585,09

Gerência



Contabilista Certificado
n.º 90814



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO DIRETO

PAYPAYUE – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPESSOAL, LDA

Dezembro de 2018
Unidade Monetária: Euros

			Períodos	
			2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de Clientes	+	140 143,68	91 236,73	
Pagamentos a Fornecedores	-	-97 207,57	-72 859,78	
Pagamentos relativos ao Pessoal	-	-82 407,09	-56 048,55	
Fluxo Gerados pelas Operações:	+/-	-39 470,99	-37 671,60	
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	-/+	-1 676,92	-850,00	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	+/-	41 473,18	54 930,24	
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:	(1) +/-	325,27	16 408,64	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00	
Ativos Fixos Tangíveis	+	0,00	0,00	
Ativos Intangíveis	+	0,00	0,00	
Outros Ativos	+	0,00	0,00	
Subsídios ao Investimento	+	0,00	0,00	
Juros e Rendimentos similares	+	0,00	0,00	
Dividendos	+	0,00	0,00	
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00	
Ativos Fixos Tangíveis	-	0,00	0,00	
Ativos Intangíveis	-	0,00	0,00	
Investimentos Financeiros	-	0,00	0,00	
Outros Ativos	-	0,00	0,00	
Fluxo das Actividades de Investimento:	(2)	0,00	0,00	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:		0,00	14 000,00	
Financiamentos Obtidos	+	0,00	0,00	
Realizações de Capital e Outros Instrumentos de Capital Próprio	+	0,00	14 000,00	
Subsídios e Doações	+	0,00	0,00	
Coberturas prejuízos	+	0,00	0,00	
Outras Operações de Financiamentos	+	0,00	0,00	
Pagamentos respeitantes a:		-21 114,16	-21 114,30	
Financiamentos Obtidos	-	-19 631,25	-19 631,25	
Juros e Gastos similares	-	-1 482,91	-1 420,47	
Dividendos	-	0,00	0,00	
Reduções de Capital e Outros Instrumentos de Capital Próprio	-	0,00	0,00	
Outras Operações de Financiamentos	-	0,00	-62,58	
Fluxo das Actividades de Financiamento:	(3)	-21 114,16	-7 114,30	
Variação de Caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	-20 788,89	9 294,34	
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	32 867,44	23 573,10	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	12 078,55	32 867,44	

Gerência

Contabilista Certificado
n.º 90814

PayPay

NIF: 507 978 168

PAYPAYUE - Instituição de Pagamento, Unip. Lda

Rua 1.º de Julho, n.º 1

9900-206 Ribeira Brava - Madeira



1. Introdução

A PayPayUE – Instituição de Pagamento, Unipessoal, Lda, é uma sociedade unipessoal por quotas, constituída em 2006, que exerce outras atividades de serviços financeiros diversos, n.e., exceto seguros e fundos de pensões.

De acordo com o disposto no artigo 65º. do Código das Sociedades Comerciais, a gerência da PayPayUE vem apresentar o seu relatório de gestão, as contas do exercício assim como os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, referentes ao exercício de 2018.

2. Evolução da Atividade da Empresa

Durante o ano de 2018 a empresa apresentou um volume de negócios no montante de 104.983,46€ e não foram realizados investimentos, nem atividades de investigação e desenvolvimento.

A PayPayUE continua a não ter sucursais.

Nos Rendimentos, verificou-se a seguinte evolução:

	Unidade Monetária: Euros	
	N	N-1
Rendimentos		
Outras Comissões Recebidas	104 983,46	74 773,28
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	9 419,60	86 532,73
Total de Rendimentos	114 403,06	161 306,01

Nos Gastos, verificou-se a seguinte evolução:

	Unidade Monetária: Euros	
	N	N-1
Gastos		
Juros e Encargos Similares	1 123,96	1 546,16
Outras Comissões Pagas	1 022,73	984,33
Perdas em operações financeiras	0,00	0,00
Gastos com o Pessoal	93 375,06	60 024,35
Gastos Gerais Administrativos	70 773,42	63 267,83
Outros Encargos e Gastos Operacionais	56,60	63,58
Outros Impostos	3 140,40	2 028,70
Amortizações do Exercício	6 261,48	6 261,51
Total de Gastos	175 753,65	134 176,46

Nos Resultados, verificou-se a seguinte evolução:

	Unidade Monetária: Euros	
	N	N-1
Resultados antes de impostos	-61 350,59	27 129,55
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-61 350,59	27 129,55

3. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

4. Evolução Previsível da Atividade

A Gerência considera que no ano seguinte terá um resultado positivo, apostando na disponibilização de mais serviços e melhoria dos atuais e assim reforçar a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da quota de mercado detida.

5. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

A Gerência propõe que ao resultado líquido do exercício, no valor negativo de 61.350,59€, seja aplicado da seguinte forma:

- -61.350,59€ para Resultados Transitados;

7. Negócios com a Sociedade

Não se realizaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus gestores.

8. Valor nominal das Quotas

	Unidade Monetária: Euros		
	Valor Nominal das Quotas a 1 de Janeiro	Aumentos	Valor Nominal das Quotas a 31 de Dezembro
Dataredo, S.A	260 000,00	0,00	260 000,00

Gerentes:

- Tolentino de Deus Faria Pereira
- José António da Silva de Abreu
- José Luís de Sousa

19 de fevereiro de 2019,

A Gerência,





1. Identificação da Entidade

A PayPayUE – Instituição de Pagamento, Unipessoal, Lda é uma sociedade unipessoal por quotas, constituída em Dezembro de 2006, com sede na Estrada Regional 104, n.º 42-A, 9350-203 Ribeira Brava, registada na Conservatória do Registo Comercial da Ribeira Brava, com o número 507979168.

Em Maio de 2014, a sociedade obteve autorização por parte do Banco de Portugal para sua transformação em Instituição de Pagamento, de acordo com o Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro.

A atividade principal da sociedade é outras atividades de serviços financeiros diversos, n.e., exceto seguros e fundos de pensões.

O capital social é representado por 260.000,00€, encontrando-se totalmente realizado, pelo sócio único, DATAREDE S.A..

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Instituições de Pagamento estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, pelo que estão obrigadas a elaborar as suas contas individuais em conformidade com as normas de contabilidade ajustadas (NCA), de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e elaboradas em base individual, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

Não houve qualquer alteração ao normativo contabilístico e aos critérios de elaboração das demonstrações financeiras, entre este exercício e o anterior, pelo que as demonstrações financeiras são comparáveis.

As demonstrações financeiras foram apresentadas em euros. As transações em moeda estrangeira são convertidas para o euro, utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.



a) Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade tem capacidade de prosseguir com o seu negócio, e não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

b) Regime de Acréscimo

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, exceto a demonstração de fluxos de caixa, pelo que os elementos das demonstrações financeiras são registados e relatados nos períodos com os quais se relacionem, se for provável que qualquer benefício económico futuro, associado com o elemento, fluirá para, ou de, a empresa, e se o elemento tiver um custo ou um valor que possa ser quantificado com fiabilidade.

c) Materialidade e agregação

Todos os itens foram agregados e classificados em classes de acordo com a sua natureza ou função, e apresentados nas demonstrações financeiras, em diversas linhas, individualmente ou agregados, de acordo com a sua materialidade. Todas as omissões ou declarações incorretas de itens só são relevantes, individual ou coletivamente, se influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras.

d) Compensação

Todos os ativos e passivos ou rendimentos e gastos, não são compensados, sendo relatados separadamente, exceto quando a compensação reflete a substância da transação ou outro acontecimento.

e) Comparabilidade

Todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras do período corrente são comparáveis com a informação do período anterior, sendo incluída toda a informação comparativa relevante, para melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

f) Consistência

A apresentação e classificação dos itens constantes das demonstrações financeiras estão consistentes com os apresentados nas demonstrações financeiras do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as abaixo descritas:

a) Outros Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos com ativo quando for provável que gerem benefícios económicos futuros para a entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, por duodécimos, de acordo com a vida útil definida no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

b) Locações

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Uma locação financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido. Uma locação operacional é uma locação que não seja uma locação financeira.

As locações são reconhecidas inicialmente como um ativo e como uma obrigação de pagamentos futuros da locação, distinguidos entre passivos correntes e não correntes. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente.

c) Reconhecimento dos proveitos resultantes de serviços e Comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

d) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca do serviço prestado pelos empregados.

Os benefícios com os empregados são reconhecidos como passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro, e como custo, quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

e) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, formam parte do custo desse ativo. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto.

Os custos de empréstimos obtidos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção do ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e os custos possam ser fiavelmente mensurados. E os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

f) Partes Relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas e saldos pendentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. As transações efetuadas entre as partes relacionadas e as partes não relacionadas são feitas nos mesmos termos.

g) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros apenas são reconhecidos quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos de capital próprio só são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço, que incluem os depósitos à ordem, e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

As contas de depósitos à ordem são utilizadas de acordo com a atividade da empresa, tendo uma conta que é exclusivamente utilizada para as transações relacionadas com a atividade de serviços de pagamento dos clientes.

4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas, nem se verificaram erros materiais.

5. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

De acordo com as divulgações na demonstração de fluxos de caixa, o montante das disponibilidades em outras instituições de crédito decompõe-se do seguinte modo:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	12 078,55	32 867,44
Total	12 078,55	32 867,44

6. Impostos sobre o Rendimento

O valor do imposto sobre o rendimento no final do período decompõe-se da seguinte forma:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Resultado Antes de Impostos	-61 350,59	27 129,55
Imposto Corrente	0,00	0,00
IRC	0,00	0,00
Derrama	0,00	0,00
Tributações Autónomas	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-61 350,59	27 129,55
Taxa Média Efectiva de Imposto	0,00	0,00
	2018	2017
Resultado Antes de Impostos	-61 350,59	27 129,55
Variações patrimoniais negativas	0,00	77 666,80
Variações patrimoniais positivas	0,00	86 519,64
Gastos não dedutíveis	10 717,35	7 719,75
Rendimentos não tributáveis	0,00	0,00
PREJUÍZO FISCAL		
LUCRO TRIBUTÁVEL	-50 633,24	25 996,46
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00	0,00
Benefícios fiscais	980,00	0,00
MATÉRIA COLECTÁVEL	-51 613,24	25 996,46
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	0,00	0,00
Benefícios fiscais	0,00	0,00
Pagamento especial por conta	3 506,26	2 850,00
Retenções na fonte	0,00	0,00
Pagamentos por conta	1 020,66	0,00
IRC A PAGAR	0,00	0,00
IRC A RECUPERAR	1 020,66	0,00
Derrama	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
TOTAL A PAGAR	0,00	0,00
TOTAL A RECUPERAR	1 020,66	0,00

7. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis e nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

Unidade Monetária: Euros					
	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correções e transferências	Saldo em 31-12-2018
Imóveis					
Terrenos	64 900,23	0,00	0,00	0,00	64 900,23
Edifícios	316 584,68	0,00	0,00	0,00	316 584,68
Equipamento					
Mobiliário e material	3 704,39	0,00	0,00	0,00	3 704,39
Máquinas e ferramentas	44 646,50	0,00	0,00	0,00	44 646,50
Equipamento informático	23 250,00	0,00	0,00	0,00	23 250,00
Total Bruto	453 085,80	0,00	0,00	0,00	453 085,80

	Saldo em 31-12-2017	Amortizações	Abates e alienações	Correções e transferências	Saldo em 31-12-2018
Imóveis					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	66 123,90	6 261,48	0,00	0,00	72 385,38
Equipamento					
Mobiliário e material	3 704,39	0,00	0,00	0,00	3 704,39
Máquinas e ferramentas	44 646,50	0,00	0,00	0,00	44 646,50
Equipamento informático	23 250,00	0,00	0,00	0,00	23 250,00
Total de Amortizações	137 724,79	6 261,48	0,00	0,00	143 986,27
Total Líquido	315 361,01	-6 261,48	0,00	0,00	309 099,53

8. Recurso de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2018, a PayPay mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Edifício Rua 6 de Maio – Contrato n.º 450005240, com o Millennium BCP

	Unidade Monetária: Euros			Unidade Monetária: Euros		
	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Recursos em outras instituições de crédito						
Locações						
Imóveis	19 631,25	44 480,63	64 111,88	19 631,25	64 408,39	84 039,64
Total	19 631,25	44 480,63	64 111,88	19 631,25	64 408,39	84 039,64



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os pagamentos mínimos do capital em dívida relativos aos contratos de locação financeira são os seguintes:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Capital em dívida		
Pagamentos até 1 ano	19 631,25	19 631,25
Pagamentos entre 1 ano e 5 anos	44 480,63	64 408,39
Pagamentos a mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	64 111,88	84 039,64

9. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os Rendimentos de Serviços e Comissões reconhecidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Prestação de Serviços		
Comissões	104 983,46	74 773,28
Total	104 983,46	74 773,28

10. Custo com o pessoal

Durante o exercício de 2018, a PayPay empregou um número médio de 3 colaboradores, que se decompõe da seguinte forma:

Descrição	Nº Médio de Trabalhadores	Nº Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa remuneradas		
Homens	0	0,00
A tempo completo	0	0,00
A tempo parcial	0	0,00
Mulheres	3	5 220,00
A tempo completo	3	5 220,00
A tempo parcial	0	0,00
Total	3	5 220,00



Os benefícios de empregados suportados no exercício decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Gastos com o Pessoal		
Remuneração de empregados	73 612,45	48 869,68
Encargos sociais obrigatórios	16 866,95	11 154,67
Outros custos com pessoal	2 895,66	472,04
Total	93 375,06	60 496,39

11. Juros e Encargos similares

A totalidade dos custos de financiamentos obtidos respeita a bens adquiridos em regime de locação financeira, constantes na nota 8.

Os saldos dos Juros e Encargos Similares, no exercício de 2018, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Juros e Encargos Similares		
Juros de Financiamentos Obtidos	1 123,96	1 420,47
Outros Juros e Encargos Similares	140,31	125,69
Total	1 264,27	1 546,16

12. Ativos por Impostos correntes

O saldo dos ativos por impostos correntes, correspondem na sua totalidade aos pagamentos por conta realizados, o montante em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de 3.506,26 € e 2.850,00 € respetivamente.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. Outros ativos e outros passivos

Os saldos de outros ativos e outros passivos, no exercício de 2018, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Outros Ativos		
Outros activos	0,00	21 233,26
Outros credores (regularização)	0,00	0,00
Despesas com encargo diferido		
Seguros	447,33	431,41
Devedores e outras aplicações	0,00	0,00
Total Ativos	447,33	21 664,67
Outros Passivos		
Sector público administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	6 084,28	1 489,04
Retenção de imposto na fonte	2 212,00	244,00
Contribuições para seg. social	1 518,45	1 568,45
Outros credores	0,00	0,00
Outros Passivos	22 885,69	0,00
Subtotal	32 700,42	3 301,49
Encargos a pagar por Gastos com o Pessoal	2 591,85	2 921,47
Outros encargos a pagar		
Remunerações a Liquidar	13 163,09	7 544,84
Informatica	0,00	0,00
Subtotal	15 754,94	10 466,31
Total Passivos	48 455,36	13 767,80

14. Capital e Outros Instrumentos de Capital

Os saldos do Capital e Outros Instrumentos de Capital, no exercício de 2018, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Capital Próprio		
Capital	260 000,00	260 000,00
Reservas	0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital	160 000,00	160 000,00
Resultados Transitados	-145 064,32	-172 193,87
Subtotal	274 935,68	247 806,13
Resultado Líquido do exercício	-61 350,59	27 129,55
Total	213 585,09	274 935,68

Durante o ano de 2018 não foram realizados aumentos de Capital Social.

Para a conta de Resultados Transitados foi transferido o Resultado Líquido de Exercício positivo do ano anterior, no montante de 27.129,55€, conforme Ata da Assembleia Geral nº 26, de 30.03.2018.

15. Gastos gerais e administrativos

Os saldos de Gastos Gerais Administrativos, no exercício de 2018, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Gastos Gerais Administrativos		
Outros fornecimentos de terceiros	0,00	0,00
Comunicações	0,00	2,90
Formação de pessoal	0,00	0,00
Seguros	430,68	428,64
Serviços Especializados		
Comissões Bancárias	66 367,84	55 809,00
Outros Serviços	3 974,90	6 555,25
Total	70 773,42	62 795,79

16. Outros resultados de Exploração

Os saldos de outros encargos e gastos operacionais, no exercício de 2018 decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Outros encargos e gastos operacionais		
Outros ativos não financeiros	0,00	12,72
Regularizações Conta Corrente	0,00	37,77
SubTotal	0,00	50,49
Outros Impostos		
Impostos diretos	3 155,71	2 028,70
SubTotal	3 155,71	2 028,70
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Reembolso de despesas	0,00	0,00
Regularizações Conta Corrente	0,00	0,00
Outros	9 378,31	0,00
SubTotal	9 378,31	0,00
Total	6 222,60	-2 079,19

17. Encargos com serviços e comissões

Os saldos de outras comissões pagas, no exercício de 2018, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Outras comissões pagas		
Garantias e Avais	352,25	350,00
Operações de Crédito	51,20	51,20
Outros serviços bancários	478,97	583,13
Total	882,42	984,33

18. Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Os saldos de Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, no exercício de 2018, decompõem-se de acordo com o seguinte quadro:

	Unidade Monetária: Euros	
	2018	2017
Perdas em operações financeiras		
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor (Fundo de Compensação)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

O total dos honorários do Revisor Oficial De Contas, Cascais & Cravo, SROC, Lda, com o NIF 513783520, pela prestação de serviços da Revisão Legal de Contas, referente ao exercício de 2018, foi de 3.000,00€, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

PayPay

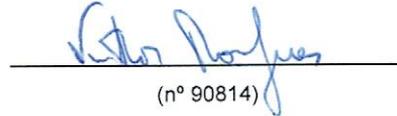
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Gerência


PayPay
NIF: 507 979 168
PAYPAYJE - Instituição de Pagamento, Unip. Lda
Rua 1º de Julho, n.º 1
9300-206, Ribeira Brava, Madeira

Contabilista Certificado


(nº 90814)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PAYPAYUE – Instituição de Pagamento Unipessoal, Lda.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 326.152,33 euros e um total de capital próprio de 213.585,09 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 61.350,59 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PAYPAYUE – Instituição de Pagamento Unipessoal, Lda.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas (NCA), de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as as normas de contabilidade ajustadas (NCA), de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 19 de fevereiro de 2019

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt